

letra

o jornal do alfabetizador



MALA DIRETA
POSTAL
9912240297 DR MG
CEALE/UFMG



ISSN 1808-0650



Belo Horizonte, agosto/setembro de 2013 - Ano 9 - nº35

8 Prioridades em jogo

Quais são os desafios centrais para a melhoria da educação pública no Brasil?

6 Contribuições das tecnologias móveis
Tablets ganham espaço nas escolas

7 O mote da descoberta
Ciência aliada à alfabetização

12 Entrevista com Antônio Augusto Batista
A escola é o principal agente de letramento

Por uma escola mais justa



Desafios e crises são temas recorrentes nos discursos sobre a educação pública brasileira. O que se revela, ao longo do tempo, é a necessidade de historicizar esses problemas, sob pena de pensarmos que nada muda ou que as políticas atuais (que são fruto de projetos específicos de governo, mas também de demandas sociais) pouco efeito têm na vida concreta dos sujeitos.

Um problema bem apresentado por Alceu Ferraro relaciona-se a uma dívida acumulada em torno do não cumprimento do direito à educação e do acesso a outros bens sociais – o que nos leva a indagar se estamos fazendo as perguntas certas quando analisamos o campo educacional sem dialogar com outras áreas. A problemática educacional é, antes de tudo, social, econômica e cultural, o que faz com que o diagnóstico e as soluções de cada tempo sejam pensados no diálogo com esses condicionantes. Qualquer mistificação pedagógica que não leve em conta essas variáveis terá sérios limites.

A década de 90 do século passado foi marcante do ponto de vista da universalização da educação fundamental. No século XXI, novos direitos foram alcançados, como os patamares legais de universalização da Educação Infantil e a perspectiva de um ano a mais na Educação Fundamental. Mas vislumbramos novamente outras exclusões. Trabalhamos na melhoria da qualidade, mas permanecem inúmeros fatores relacionados à gestão, à infraestrutura e mesmo à formação de professores, que não caminham

pari passu com o ideal da legislação. Se há progressos e boas perspectivas do ponto de vista do financiamento, como fazer isso repercutir no piso salarial dos professores – uma crise permanente no universo da educação?

A entrevista com Antonio Augusto Batista, nosso primeiro editor do jornal *Letra A*, posiciona a leitura como uma prática escolar que precisa ser entendida do ponto de vista social e cultural. É com a escola que muitos têm acesso a esse patrimônio cultural, na medida em que não herdamos condições adequadas para a criação de disposições favoráveis para a leitura em outros espaços. Se hoje não se pode falar da ausência de livros (já que a dotação de acervos escolares é uma política de Estado), permanece o desafio de formar professores e alunos como leitores, com práticas que se consolidem nos níveis subsequentes. Na balança da distribuição de bens culturais, como a leitura, continua pesando mais o fator escolarização. Nesse sentido, fica reforçada a indagação: como chegar a uma escola justa, que possibilite a redução de desigualdades?

Essa é a pergunta que devemos fazer ao MEC, aos gestores, aos professores, aos pesquisadores. Perguntas da sociedade ajudam a colocar em perspectiva nossas análises acadêmicas e políticas sobre a crise educacional.

Isabel Frade e Gilcinei Carvalho

ISABEL CRISTINA FRADE E GILCINEI CARVALHO - Professores da Faculdade de Educação da UFMG, pesquisadores do Ceale e editores pedagógicos do *Letra A*

Assine o *Letra A*

Para assinar o *Letra A*, basta enviar e-mail para assinaturajornal@fae.ufmg.br ou ligar para (31) 3409 5334. Qualquer pessoa, escola ou empresa pode assinar o jornal, presentear um amigo ou doar a uma instituição!

Assinatura anual (4 exemplares)	R\$ 15
Exemplar avulso	R\$ 5
Pacote de 50 assinaturas	R\$ 12 (cada)



O jornal *Letra A* é uma publicação trimestral produzida pelo Ceale desde 2005. Seu principal objetivo é oferecer aos leitores o acesso permanente a materiais que alimentem seu processo de formação e que os mobilizem para responder aos desafios da alfabetização e do letramento.

ENVIE SUAS CRÍTICAS E COMENTÁRIOS À EQUIPE DO *LETRA A*. ESCREVA PARA JORNALISMOCEALE@FAE.UFMG.BR OU LIGUE (31) 3409-5334.

EXpediente

Reitor da UFMG: Clélio Campolina Diniz | Vice-reitora da UFMG: Rocksane de Carvalho Norton | Pró-reitora de Extensão: Efigênia Ferreira e Ferreira | Pró-reitora adjunta de Extensão: Maria das Dores Pimentel Nogueira
 Diretora da FaE: Samira Zaidan | Vice-diretora da FaE: Maria Cristina Soares Gouvêa | Diretora do Ceale: Isabel Cristina Frade | Vice-diretora do Ceale: Maria Zélia Versiani Machado
 Editores Pedagógicos: Gilcinei Carvalho e Isabel Cristina Frade | Editora de Jornalismo: Carolina Abreu (L8140/MG) | Projeto Gráfico: Marco Severo | Diagramação e ilustrações: Daniella Salles
 Reportagem: Ana Carolina Marques, Bruna Moreira, Marcella Boehler, Natália Alves e Thaiane Bueno | Revisão: Lúcia Helena Junqueira

O Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) é um órgão complementar da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha - CEP 31 270 901 Belo Horizonte - MG Telefones (31) 3409 6211 / 3409 5334 Fax: (31) 3409 5335 - www.ceale.fae.ufmg.br



Qual o alcance de uma sequência didática?



Foto: Arquivo pessoal

MARCIA MENDONÇA - Professora do Departamento de Linguística Aplicada da Unicamp

As sequências didáticas são uma das modalidades de organização didática, ao lado de atividades permanentes, esporádicas e de projetos. Constituem um conjunto articulado de atividades e podem ser baseadas em temas, conceitos e gêneros, explorando habilidades e competências.

A coerência interna de uma SD e, portanto, o seu alcance pedagógico se fundamentam: a) na adequação aos alunos e aos objetivos delineados; b) na unidade de propósitos: cada parte deve contribuir para o objetivo geral; c) no estabelecimento da progressão das aprendizagens esperadas, observando-se a ordem e a complexidade das atividades propostas e d) na possibilidade de avaliar as aprendizagens construídas.

Ao projetar o que se deseja em termos de aprendizagens dos alunos, é necessário planejar atividades e distribuí-las em etapas/módulos. Mas o que distingue uma SD de uma sequência de atividades? É justamente a articulação intencional entre as atividades e entre as etapas/módulos, com uma ordenação específica, planejada, no intuito de que os alunos aprendam (mais e melhor) o que está em foco. É preciso pensar na ordem em que as atividades serão realizadas, assim como na contribuição pontual de cada uma para o objetivo central. O alcance e a contribuição de uma SD residem ainda na possibilidade de ela ser (re)avaliada, a fim de ser redirecionada.

Diversas aprendizagens, não previstas ou periféricas aos objetivos centrais, podem ser muito valiosas, como certas habilidades e competências, inclusive nas dimensões ética e estética das relações sociais e das apreciações subjetivas. Parece-me que, além do ponto de chegada – produto final, atividade de finalização ou algo semelhante – outro valor da SD é propiciar aos alunos oportunidades de aprender e de reconhecer o quê, como (com que atividades e mediações) e o quanto (com que avanços/progressos/ dificuldades) estão aprendendo.



Foto: Arquivo pessoal

LUIZ PERCIVAL LEME BRITTO - Professor do Programa de Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará

Emília Ferreiro, no início dos anos 80, sentenciou com determinação: nenhum método constrói conhecimento. Tratava ela de contrapor-se aos modelos tradicionais de alfabetização, estruturados em torno de modelos rígidos de ensino e do princípio de que o ensino determina a aprendizagem.

Com idas e vindas, avançamos bastante na compreensão de como as crianças aprendem. Sabemos hoje, como ensina Magda Soares, que há aí um conhecimento específico a ser desenvolvido pelo aprendiz e que isso merece atenção específica e dirigida. Livres dos modelos rígidos e mecânicos dos métodos tradicionais, pudemos reassumir o princípio de ensinar e recuperar a ideia de método como elemento importante para o processo pedagógico.

Dentre as novidades metodológicas resultantes desse processo, estão as sequências didáticas – conjunto de atividades articuladas e encadeadas, de forma a orientar o ensino de um conteúdo conforme os objetivos estabelecidos. O que se busca é trabalhar em função da dinâmica pedagógica e do reconhecimento do que sabem e o que precisam aprender as crianças naquele momento. As sequências orientam as ações, põem foco nos aspectos mais significativos e instam os participantes a refletir coordenada e solidariamente. Com isso, contribuem para a organização do trabalho docente, a aprendizagem significativa e o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Contudo, há que se reconhecer que as sequências didáticas não são tão novidadeiras como desavisadamente se poderia pensar, nem surgem como solução para a alfabetização. A boa educação continua a exigir, para além da metodologia, o conhecimento agudo do que se pretende ensinar (e aprender), dos sujeitos participantes e das circunstâncias em que o processo ocorre. Assim, voltamos a Emília Ferreiro e sua advertência ao risco de submeter o ensino a métodos e metodologias. Elaboradas em outra instância, à revelia de quem as aplica, ou como automatismos pedagógicos, as sequências ficam frias, estéreis, tornam-se esquemas fixos de comportamento e de ação intelectual, que em nada contribuem para a apropriação do conhecimento e do mundo.

DICIONÁRIO da ALFABETIZAÇÃO

Intertextualidade

A formação de uma palavra sempre ilumina sua significação. Intertextualidade: a relação "entre textos", o diálogo entre textos. Toma-se, aqui, texto num sentido alargado do termo: um poema, um romance, uma notícia de jornal são textos. Mas também o são uma propaganda, um filme, um quadro, uma música. Da cidade, Marco Polo dizia que se poderiam ler as páginas, como se fossem as de um livro, evidenciando a multiplicidade de significações e de olhares que atravessam o espaço urbano. Um texto é, pois, um recorte no largo campo da produção dos bens da cultura, produções continuamente postas em relação pelo homem no seu processo de produzir significação. A produção de um texto sempre implica a retomada de muitos outros e depende do olhar do leitor para que se criem e recriem significações, já que este último é

corresponsável por sua construção. A intertextualidade se dá, pois, tanto na produção como na recepção da grande rede cultural, de que todos participam. Filmes que retomam filmes e romances, quadros que dialogam com outros, propagandas que se utilizam do discurso artístico, poemas escritos com versos alheios, romances que se apropriam de formas musicais, visões de mundo que se retomam e se desconstruem. A tudo isso se chama intertextualidade. No sentido estrito, a palavra texto remete a uma ordem significativa verbal. Dentro dessa ordem, a literatura vale-se amplamente do recurso intertextual, consciente ou inconscientemente. Em razão disso, a intertextualidade faz-se operador da leitura literária. Como nos diz Kristeva, "todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro

texto." O texto literário se apresentaria como um feixe de relações intertextuais, de diferenças e tensões em que "se faz acontecer certa realidade". Veja-se, por exemplo, a origem da palavra poeta: do grego *poiésis*, criação, fabricação. Poeta é, pois, aquele que cria, aquele que faz, que faz linguagem. Mas também é um ladrão, um "ladrão de palavras", de tradições de que ele se apropria no seu trabalho de criação. Na verdade, a intertextualidade, inerente à linguagem, torna-se explícita em todas as produções literárias que se valem do recurso da apropriação, colocando em xeque a própria noção de autoria. Referências, alusões, epígrafes, paráfrases, paródias ou pastiches, até mesmo traduções são algumas das formas de intertextualidade, de que lançam mão os escritores em seu diálogo com a tradição e com sua contemporaneidade.

Foto: Arquivo pessoal

PROFA. MARIA ZILDA FERREIRA CURY - Professora do Departamento de Semiótica da Faculdade de Letras da UFMG



Dando asas à investigação

Projeto no interior da Bahia introduz pesquisa científica no ensino básico

por Natália Alves

O interesse dos alunos do ensino básico pelas aves em extinção motivou a educadora Adriana Almeida Oliveira a introduzir elementos de pesquisa científica nas aulas. Adriana dá aulas a uma turma multisseriada da pré-escola à 4ª série na comunidade rural de Caimbongo, no município de Ibitiara - BA.

A professora conta que o tema partiu dos próprios alunos. "Lemos na aula um livrinho que contava a história do lobo guará e mostrava que ele estava em extinção. O assunto despertou a curiosidade dos alunos. Foi para aprofundar o tema que surgiu o projeto. Há muitas aves em extinção na região". Adriana elaborou em conjunto com a turma a agenda do projeto, que começou com uma roda de conversa sobre o que todos sabiam sobre a extinção de animais da região. Logo após, a turma foi dividida em grupos com crianças de todas as idades, cada um com um tema para a pesquisa: causas da extinção, desmatamento, poluição e mudanças climáticas.

"Os alunos em fase de alfabetização eram os mais animados e participativos", conta Adriana Almeida. A eles cabia a tarefa de localizar e grifar palavras-chave nos materiais de pesquisa, além de acompanhar a leitura dos alunos maiores. Os alunos já alfabetizados aprenderam a tomar notas, pesquisar informações, elaborar e revisar o texto.

A turma produziu um folheto informativo, a partir da síntese das informações de cada grupo e de imagens selecionadas no processo de pesquisa. "Acho que é importante mudar a lógica de ler por ler. Os alunos querem ler para se informar sobre a realidade, por isso o projeto foi tão bem aceito", afirma a professora.

PARTICIPE! ENVIE SEU CLASSIFICADO.

Se você é um professor alfabetizador e realizou recentemente um trabalho interessante com ensino da leitura e da escrita em escolas públicas de qualquer lugar do Brasil, entre em contato! Sua experiência pode aparecer na próxima edição do *Letra A!*

Mande um breve relato da proposta e dos resultados alcançados para jornalismoceale@fae.ufmg.br. Envie também o número de telefone pessoal e o da sua escola.

Literatura em movimento

Livros chegam a comunidades rurais nas costas de um jumento, formando novos leitores na Mata Sul de Pernambuco

por Ana Carolina Marques Lage

O projeto "Livros Andantes" começou em 2009, com o objetivo de levar obras de literatura até comunidades rurais de difícil acesso e familiarizar os moradores com a prática da leitura. Criado pela jornalista e cineasta Clara Angélica, o projeto foi selecionado em um edital público entre dois mil outros programas.

A cada edição, durante quatro meses, os arte-educadores do projeto vão, aos domingos, para duas comunidades rurais, onde realizam dinâmicas: eles leem ou teatralizam um trecho de alguma obra e depois o público é convidado a ler algo de sua preferência. São feitos empréstimos e mesmo quem não é alfabetizado faz uma leitura através das imagens.

O ponto forte do projeto é o jumento, que leva os livros e acompanha os arte-educadores do "Livros Andantes" até as comunidades rurais. Clara explica que o jumento é um meio de transporte bastante utilizado na região, e isso aproxima as pessoas da leitura. Além disso, os livros escolhidos para o projeto costumam tratar da realidade local, abordando aspectos como o sentimento que move o homem a amar sua terra.



Foto: perfil "Livros Andantes" no Facebook

Clara Angélica nasceu na região da Mata Sul e teve uma oportunidade rara na área de IDH mais baixo do estado: acesso à leitura e ao estudo. A iniciativa do "Livros Andantes" partiu da vontade de contribuir para a sua comunidade. De acordo com Clara, o projeto já vem apresentando resultados positivos: muitos adultos que se sentiam constrangidos em admitir que não sabiam ler passaram a procurar os arte-educadores para serem alfabetizados.

Para além dos muros da escola

Projeto mobiliza cidadãos divinopolitanos em prol da leitura

por Bruna Moreira

Em busca de um projeto educacional que fosse acessível a toda a rede municipal de ensino, educadores e gestores decidiram unir forças e trocar experiências. O objetivo era desenvolver uma ação que não só estimulasse a leitura entre os alunos, mas que também extrapolasse o ambiente das salas de aula. A iniciativa cresceu, ganhou forma e deixou de ser um projeto escolar para se tornar uma ação comunitária.

Foi assim que surgiu o *Minha Cidade Lê*, plano de ação para o desenvolvimento da leitura em Divinópolis, município da região centro-oeste de Minas Gerais. Criado em 2009, o projeto desenvolve uma agenda anual de atividades que inclui apresentações artísticas, noites culturais, mesas de debates e mostras de trabalhos - tudo feito em parceria com os estudantes e suas famílias.

O funcionamento do projeto é colaborativo, como explica o professor Almeida Divino Gonçalves, do Centro de Referência dos Profissionais da Educação Professor Onésimo Sepúlveda (CRPE). "Num primeiro momento, um conselho formado por

professores e pela Secretaria Municipal de Educação se reúne e define o tema que será trabalhado durante todo o ano letivo. A partir daí, os professores trabalham o tema de forma multidisciplinar, através de oficinas, rodas de leitura, peças de teatro... principalmente dentro da disciplina Língua Portuguesa", explica Almeida. Todo o conhecimento acumulado durante a execução é exposto em mostras escolares, regionais e municipais. Segundo o educador, esse processo chama à participação popular porque as atividades são desenvolvidas com acompanhamento de toda a comunidade, através das crianças. Entre os temas já explorados no *Minha Cidade Lê*, estão os gêneros literários, a formação de cidadãos leitores e produtores de texto e o centenário da cidade, que ganhou uma edição comemorativa no ano passado.

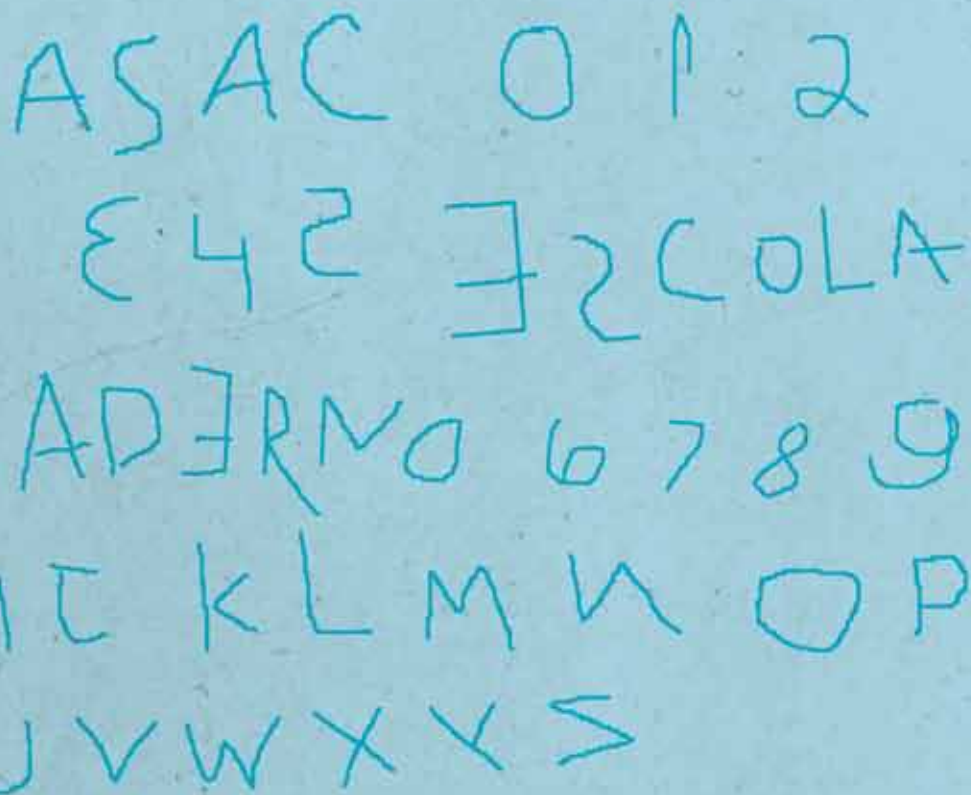
A ação já caminha para sua quinta edição e conta atualmente com a participação de todas as escolas do município. No total, participam cerca de 16.000 estudantes em mais de 60 unidades escolares, entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA.



Escrita espelhada

Ao contrário do que pode parecer, escrever espelhado faz parte do aprendizado das crianças

por Ana Carolina Marques Lage



Não é raro que pais e professores fiquem espantados com as primeiras tentativas de escrita feitas pelas crianças. A ansiedade que envolve a aprendizagem da escrita tanto por parte do aluno quanto do educador gera expectativas que nem sempre são alcançadas. Uma das preocupações comuns é com a chamada escrita espelhada, caracterizada pela inversão da posição das letras. A criança escreve, por exemplo, a letra "S" como se escreve "Z", ou "casa" ao contrário, "asac". Muitas vezes, os pais costumam se exaltar e cobrar uma atitude dos professores, associando a escrita espelhada a distúrbios como a dislexia.

Segundo o fonoaudiólogo Jaime Luiz Zorzi, a escrita espelhada é comum em crianças do mundo todo, até mesmo nos sistemas de escrita japonês ou coreano (em que se escreve da direita para a esquerda). Ainda assim, durante muito tempo acreditou-se que cada hemisfério do cérebro perceberia a imagem de um jeito: se houvesse predominância de um hemisfério sobre o outro, a criança escreveria de maneira espelhada. Dessa forma, criou-se o mito de que a criança que espelha letras tem algum distúrbio neurológico. Jaime alerta: tentar diagnosticar uma criança com base na escrita espelhada é equivocados. Além de ser um fenômeno absolutamente normal, esse não é nem de longe o erro mais cometido pelos alunos, como explica o fonoaudiólogo. "Os erros que menos acontecem são os de espelhamento. Para cada erro de espelhamento feito pelas crianças, 40 já foram feitos ligados a trocas gráficas (confusão entre 'g' e 'j', 'r' e 'rr', 'x' e 'ch', por exemplo)".

Para Jaime, o aprendizado do aluno não deve ser motivo de preocupação: espelhar letras é um sinal de que o

aprendiz percebe a realidade à sua volta de maneira lógica. Uma boneca é uma boneca ainda que virada para a esquerda, direita, ou mesmo de cabeça para baixo. O mesmo vale para as pessoas com quem a criança se relaciona: mamãe é mamãe mesmo deitada ou de costas. Assim, a criança aplica essa mesma lógica às letras, sem se dar conta de que a posição destas pode alterar seu significado. A preocupação da criança está na característica interna das letras e, muitas vezes, pode ser que ela esteja apenas experimentando desenhá-las de maneira diferente.

Para a psicopedagoga Ana Lúcia Hennemann, existem situações que podem favorecer a escrita espelhada, como o uso em sala de um alfabeto com animais, flores e outros elementos que servem, na teoria, para chamar a atenção da criança. De acordo com Ana Lúcia, na prática, o aluno pode não conseguir enxergar a forma convencional das letras, o que prejudica seu entendimento de como desenhá-la. "A vontade de fazer uma estética bonita pode acabar prejudicando outros aspectos."

Ana Lúcia explica que grande parte das crianças em processo de letramento ainda não entendem completamente os dois lados (direita e esquerda), e não têm domínio dessa noção sobre o seu corpo. Segundo a psicopedagoga, é importante trabalhar a questão multissensorial da criança (não só a escrita no papel), para que ela perceba a lateralidade que existe no seu corpo e, assim, descubra as diferenças nas posições das letras. O simples trabalho de cópia e leitura que é feito em algumas escolas não é suficiente: uma vez que a criança entende a lateralidade, as chances de espelhar letras são bem menores.

ENSINANDO PASSO A PASSO

No que diz respeito à trivialidade da escrita espelhada, pais e professores podem ficar tranquilos. A psicopedagoga Ana Lúcia Hennemann afirma que, a partir dos 8 anos ou do segundo ano do Ensino Fundamental, a criança já deve começar a escrever de maneira correta. Jaime Luiz Zorzi enumera, também, algumas dicas para o professor lidar com o aluno que escreve espelhado. O fonoaudiólogo alerta: mais do que obrigar a criança a utilizar a escrita convencional, o importante é orientá-la e deixá-la se divertir com atividades que a estimulem a entender e praticar as letras. Veja alguns exemplos:



Modelar as letras com massa de modelar ou argila junto da criança, dando atenção para as formas.



Escrever, com o dedo, uma letra nas costas do aluno, pedindo que ele adivinhe qual a letra desenhada.



Desenhar a letra grande num papel, sugerindo ao aluno que cole barbante por cima dela. Pode-se usar também glitter ou cola colorida.



Usar um boneco para mostrar que a direita da criança é a esquerda do boneco, tocando a mão direita da criança com a mão direita do boneco.



Escrever o nome dos alunos no quadro. Em "Camila", por exemplo, escrever a letra "C" e perguntar aos alunos se a letra "a" virá à direita ou à esquerda do "c", e assim por diante.

Novo parceiro em sala de aula

Quando bem utilizados, dispositivos móveis como o *tablet* podem potencializar a aprendizagem

por Marcella Boehler

A tela é maior que a de um celular e é sensível ao toque, enquanto o peso e o preço são bem menores que os de *notebooks* e computadores. Vários são os fatores que fizeram do *tablet* o dispositivo favorito para consumir conteúdo e acessar a internet. Se, de início, esse aparelho servia apenas para o entretenimento, hoje ele começa a ganhar novas funções - até mesmo dentro da sala de aula.

Para Ana Paula Barros de Paiva, analista de produtos educacionais na área de tecnologia educacional em São José dos Campos (SP), não dá para negar que o *tablet* é uma tendência que chega até as escolas. "Os alunos estão mais abertos a aprender e a usar este equipamento, que é muito atrativo para as crianças, afinal, é diferente, prático, divertido. Cabe aos educadores dar valor pedagógico dentro do ambiente escolar, promovendo aulas com conteúdos necessários a cada nível, utilizando diferentes recursos", ela afirma.

Ana Paula lembra que, no processo de alfabetização e letramento, tudo que está em volta da criança pode auxiliar no seu desenvolvimento. De acordo com a analista, as tecnologias precisam ser vistas como mais um elemento para que os educadores desenvolvam atividades de aquisição de leitura e escrita diversificadas junto aos alunos. Algumas características do *tablet* facilitam esse processo. É o caso da mobilidade: leve e compacto, o aparelhinho pode ser facilmente transportado. Além disso, os *tablets* são configurados com o que se chama de interface intuitiva, ou seja, um tipo de configuração que pode ser compreendida natural e instintivamente pelo usuário.

Letramento Digital

O letramento digital é um conceito que diz respeito ao uso crítico e consciente dos variados dispositivos eletrônicos, em uma relação direta com a geração que nasce imersa na tecnologia, com acesso desde muito cedo a dispositivos e aparelhos digitais. Para isso, a figura do professor é imprescindível. Ele precisa pesquisar mais a fundo os aplicativos e os recursos que o *tablet* oferece, para não cair em um uso ineficiente desse dispositivo.

Para o pesquisador chefe do NEHTE (Núcleo de Estudos de Hipertexto e Tecnologia na Educação) da Universidade Federal de Pernambuco, Antonio Carlos dos Santos Xavier, o professor precisa, mais do que nunca, tomar consciência do seu papel de articulador da aprendizagem. "É preciso fazer a ponte, ou seja, valorizar essas informações, ainda que fragmentadas, dos alunos da geração Y em contato com as tecnologias, com os conteúdos da escola", explica o pesquisador. Tecnologias, como o *tablet*, podem potencializar a aprendizagem, fazendo com que a sala de aula seja expandida para outros locais e a aprendizagem seja contínua, através das mídias móveis.

"A tecnologia digital é subutilizada se for empregada apenas como um livro eletrônico ou como um suporte para os materiais de apoio curriculares. Ela tem um potencial de ser aproveitada em perspectivas muito mais interessantes.", aponta Maria Elizabeth Almeida, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ana Paula Barros de Paiva explica que o *tablet* oferece ao professor aplicativos de produção de texto, multimídia, gravação de voz e editor de desenhos, que possibilitam a criação de atividades relacionadas ao conhecimento da escrita ou à construção e leitura de imagens. O dispositivo também pode proporcionar à professora instrumentos para trabalhar com contos clássicos e gravar os alunos contando uma história ou recitando uma poesia, por exemplo.

Na prática

Em 2012, a Escola de Aplicação Feevale, em Juiz de Fora (MG), adquiriu 20 Ipad para seu projeto Educaneet, que tem por objetivo proporcionar diferentes espaços de interação que impulsionem práticas educativas inovadoras com o uso da tecnologia.

A escolha dos aplicativos utilizados no projeto passou por duas etapas: a equipe gestora do projeto foi responsável por uma seleção prévia. Em seguida, foi a vez dos professores escolherem os aplicativos que seriam, de fato, usados em sala de aula com os alunos, de forma a reforçar e integrar esse uso com as atividades de conteúdo curricular. "Começamos com uma ideia de entretenimento e descobertas, para depois entrarmos com atividades mais orientadas", explica Patrícia Brandalise Scherer Bassani, professora responsável pelo projeto Educaneet.

Os professores também passaram por um processo de alfabetização digital para que conhecessem o equipamento e pudessem analisar as possibilidades de uso da tecnologia em sala de aula.

"O interessante do *tablet* é que ele nos permite usar diferentes interfaces, ele nos tira do espaço físico do laboratório de informática. Sendo esse dispositivo móvel, a gente pode circular", aponta a professora. A ideia é romper com a imagem de que a informática e o uso das tecnologias só acontecem no laboratório, levando os alunos a perceber que ela pode fazer parte da sala de aula de forma mais integrada. E a proposta não se restringe a aplicativos de jogos pedagógicos. O próximo passo será trabalhar com a produção de conhecimento, como imagem, vídeo e áudio.



BAIXE ESSAS IDEIAS

ABC do Bitá abecedário interativo em português, que funciona como um brinquedo para crianças em início de alfabetização. Grátis para Android e Ipad.

O circo mágico livro animado em português. Grátis para Ipad.

Bamboo Paper caderno de notas digital que permite escrita livre e inserção de imagens. Grátis para Android e Ipad.

Google Earth visualização e manipulação do mapa mundi. Grátis para Android.

ABC SEBRAN software educativo que propõe atividades com o alfabeto e com números.

Era uma vez a ciência

Uso de textos informativos pode estimular o hábito da leitura e ajudar a desenvolver a escrita

por Bruna Moreira

Contar histórias e utilizar referências típicas dos contos de fadas em sala de aula são práticas comuns entre professores alfabetizadores. Na hora de incentivar o hábito da leitura junto aos pequenos, pais e educadores geralmente optam por textos ficcionais, que estimulam a imaginação das crianças e as permitem criar suas próprias histórias. Mas não são somente os textos literários que exercem essa função didática. Para muitos pesquisadores, o universo da ciência também pode ser um excelente aliado no processo de letramento infantil.

"Textos informativos ou expositivos têm como função mostrar a realidade das coisas. São aqueles textos que nos ajudam a compreender o mundo em que vivemos, o que pode incluir artigos sobre ciência, história, geografia, artes, biografias etc.", explica a pesquisadora da Ohio State University (USA), Melissa Wilson. Ao trabalhar com textos desse tipo, segundo a pesquisadora, as crianças adquirem maior riqueza de vocabulário e têm a oportunidade de desenvolver e praticar a linguagem acadêmica. Além disso, quando precisam escrever textos, tornam-se capazes de utilizar os recursos aprendidos, exercitando sua escrita dentro de novos gêneros.

Mas é claro que as fronteiras nem sempre são assim tão rígidas. Melissa lembra que muitos textos podem ser chamados de híbridos, já que mesclam elementos típicos de textos ficcionais, como o faz de conta, a enunciados de cunho informativo. Melissa cita o caso, por exemplo, de *O Ônibus Mágico*, coleção traduzida no Brasil pela Editora Rocco. A série conta a história de um ônibus escolar voador que viaja por dentro do corpo humano, pelo Sistema Solar e rumo ao centro do Planeta Terra, explicando o que é cada elemento da viagem em questão.

Embora possam ter essa dimensão lúdica, os textos expositivos requerem especial atenção e dedicação do alfabetizador ao serem utilizados em sala de aula. "Para os jovens leitores, especialmente, o vocabulário é muitas vezes um desafio e os professores precisam estar preparados para ajudar os alunos a entenderem e conceituarem o significado das palavras e expressões", explica a pesquisadora.

Compreendendo as particularidades de textos, os professores se tornam capazes de fazer escolhas sobre o material que pode apoiar os processos de aprendizagem de seus alunos. Essas escolhas podem ser guiadas tanto

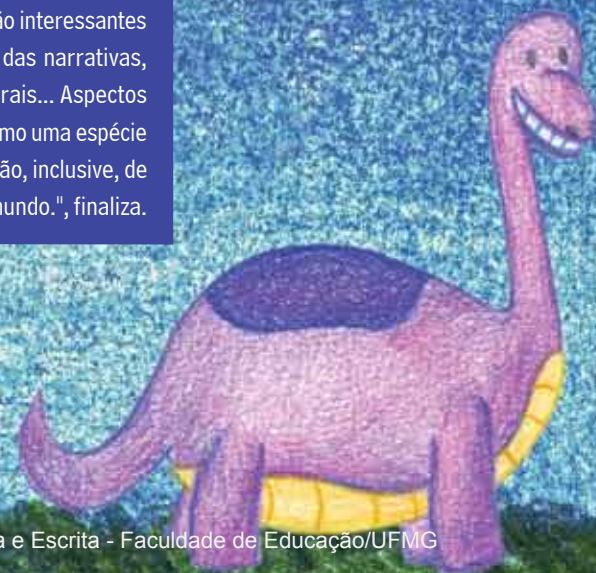
por interesses específicos dos pequenos em um determinado tema, quanto por informações complexas sobre assuntos do cotidiano da aula, além de ampliar a compreensão de leitura dos alunos e desenvolver sua capacidade de argumentação. "Muitas crianças se interessam por textos informativos, acham que é interessante de ler, de ouvir, de falar... É importante que os professores percebam o potencial desse material e o utilizem para enriquecer as atividades em sala de aula", ressalta Melissa.

Dentro desse universo, as publicações ligadas à ciência podem ser uma excelente ferramenta para desenvolver a escrita e incentivar a produção de textos — e, de quebra, ainda ajudar a driblar a dificuldade de apresentar conteúdo científico a crianças pequenas. Um exemplo é a revista *Ciência Hoje das Crianças* (CHC), do Instituto Ciência Hoje. Conhecida por ser a única publicação científica brasileira voltada especialmente para o público infantil, a revista faz uso de hibridismos entre o real e o faz de conta, o literário e o informativo, a escrita e as artes visuais — tudo para dialogar com os pequenos leitores.

"A CHC procura trazer seus temas para dentro da realidade da criança. Pitadas de diversão, de bom humor, jogos e testes são alguns dos recursos que utilizamos para mostrar o conteúdo científico que está dentro da própria visão de mundo infantil", explica Bianca Encarnação, editora executiva da publicação. Além dos elementos textuais, a revista traz ainda personagens falantes, que interagem com as crianças durante toda a leitura. Página após página, as imagens do zangão Zíper e dos dinossauros Rex e Diná surgem com balões e setinhas que incentivam o público a questionar o que está escrito e querer saber mais sobre o assunto.

O uso de recursos diversos para provocar a curiosidade e prender a atenção do leitor é uma característica própria das revistas que buscam falar de ciência para o público infantil e juvenil, como explica Luiza Lages, mestrandia em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. "Revistas como a CHC, Recreio, Mundo Estranho, Superinteressante, entre outras, exploram o conteúdo buscando relacionar assuntos factuais a abordagens que podem ser objeto de curiosidade das crianças. Por exemplo: se ocorre um terremoto, a revista não vai publicar um texto sobre o acontecimento terremoto, mas uma discussão sobre o que são placas tectônicas, como um terremoto acontece, quais foram os maiores terremotos da história, desastres naturais impactantes etc.", completa.

Para Luiza, os livros didáticos foram ganhando uma conotação de obrigatoriedade e responsabilidade através dos anos, enquanto os livros literários ocupam um lugar de maior liberdade e são associados à função de despertar o prazer pela leitura. "As revistas científicas são interessantes porque se apropriam de alguns elementos da literatura, das narrativas, brincadeiras, alusões ao cotidiano, referências socioculturais... Aspectos que possibilitam um momento de aprendizado alternado, como uma espécie de 'escape' ao currículo fechado e linear. Com a preocupação, inclusive, de despertar o interesse pela leitura e pelo aprendizado do mundo.", finaliza.



Desvendando os desafios da educação pública brasileira

Parece consenso pensar que, para resolver o problema da educação pública, é preciso mais investimento. Mas temos vários outros obstáculos a superar.

por Natália Alves e Thaianne Bueno

Que o Brasil ainda tem muitos problemas na área da educação não é segredo para ninguém. Até 2011, de acordo com o IBGE, cerca de 8,6% dos brasileiros acima de 15 anos eram considerados analfabetos. Segundo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ficou em penúltimo lugar em educação entre 40 países pesquisados, na frente apenas da Indonésia.

Nas manifestações que aconteceram por todo o Brasil no último mês de junho, tivemos um lembrete enérgico de que os problemas existem e a população quer melhorias. Mas quais são mesmo os principais problemas que a Educação no Brasil enfrenta? Por onde começar a solucioná-los?

“DA COPA EU ABRO MÃO. EU QUERO MEU DINHEIRO PRA SAÚDE E EDUCAÇÃO”*

A necessidade de mais verbas para a educação foi uma das principais bandeiras levantadas pelas manifestações de junho. Frases questionando a relação entre os gastos com grandes empreendimentos e os investimentos no ensino coloriram os cartazes levantados por milhares de manifestantes. Segundo dados do MEC, o Brasil investia 6,1% do PIB nacional em educação em 2011, dos quais 5% eram destinados exclusivamente para a educação básica. O investimento teve um aumento significativo nos últimos dez anos, já que, em 2000, o valor do PIB destinado para a educação era de 4,7%.

O secretário da Educação Básica do MEC, Romeu Caputo, reconhece que, mesmo com o avanço da política de financiamento da educação, o investimento precisa ser ampliado para atender as demandas sociais. Segundo o secretário, foi nesse sentido que a presidenta Dilma apresentou ao Congresso Nacional o projeto de destinar à educação 100% dos royalties do pré-sal. "No uso de suas atribuições constitucionais, o Congresso Nacional aprovou apenas 75% dos royalties do pré-sal para a educação", afirma Caputo.

De acordo com a decisão dos parlamentares, os outros 25% dos royalties serão destinados para a saúde, e está previsto que o primeiro repasse aconteça já em 2013. Para Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, há que se reconhecer que essa foi uma importante conquista para o movimento que reivindica mais investimento. Mas quando se coloca no papel a soma da quantia que virá dos royalties ao crescimento do investimento proveniente do PIB que aconteceu no decorrer dos anos, é fácil perceber que a meta dos 10% do PIB para a educação ainda é distante. Essa é uma reivindicação defendida fortemente por diversos movimentos sociais e faz parte do Plano Nacional de Educação (PNE), que deve ser aplicado até 2020.

Segundo estudo da Auditoria Cidadã da Dívida (associação nacional que realiza estudos e atividades com o objetivo de discutir a dívida pública brasileira), baseado em dados da Consultoria Legislativa, o acréscimo de verba em educação resultante da aprovação do Projeto de Lei será de apenas 0,6% do PIB em 2022. "Essa cifra está muito distante da demanda social de se investir 10% do PIB em educação", afirma a economista Eulália Alvarenga, auditora fiscal e coordenadora do Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida.

“EU QUERO: () TCHU, () TCHA, (X) 10% DO PIB PRA EDUCAÇÃO”

A proposta anterior do governo era que 7% do PIB fosse destinado à educação, o que foi rejeitado por movimentos sociais e organizações da sociedade civil ligadas à área. Daniel Cara argumenta que esse valor ainda é muito baixo. Segundo o cientista político, ainda é indispensável o investimento de 10% do PIB para garantir a ampliação do acesso ao ensino e a qualidade da educação para as matrículas que já existem.

Ele enumera, também, outras vantagens que o investimento de 10% do PIB poderia trazer. A garantia de matrícula de 50% das crianças de zero a seis anos em creches dentro de 10 anos e a ampliação do ensino superior e do ensino técnico profissionalizante de nível médio figuram entre essas vantagens, além de um padrão mínimo de qualidade e valorização da carreira do professor.

"O recurso é condição necessária para política pública, principalmente para políticas públicas educacionais, que precisam tanto de recursos humanos", defende Daniel. Mas reconhece que a verba por si só não é condição suficiente para resolver todos os problemas. Ainda que o país consiga destinar 10% do PIB à pasta da Educação, outras questões precisam ser pensadas para que esse direito básico seja garantido.

O QUE A LEI DOS ROYALTIES VAI SIGNIFICAR, EM NÚMEROS, PARA A EDUCAÇÃO?

De acordo com dados do MEC, a primeira parcela dos royalties do petróleo para a educação será de R\$ 770 milhões. À primeira vista, essa é uma alta quantia, mas quando pensamos que os 6,1% do PIB investidos na educação em 2011 correspondem a pouco mais de R\$ 250 bilhões, o valor não é tão alto assim. Estudos da Auditoria Cidadã da Dívida preveem que, em 2022, a parcela dos royalties investida em educação será de R\$ 32,43 bilhões - cerca de 0,6% do valor previsto para o PIB.

PROJEÇÃO DE RECURSOS DE ROYALTIES DO PETRÓLEO PARA A EDUCAÇÃO PL 323/2007 aprovado em 14/08/2013

Ano	Recursos para Educação (R\$ bilhões)	PIB (R\$ bilhões)	Recursos para Educação (% do PIB)
2012		4.402,54	
2013	0,86	4.490,59	0,02
2014	1,72	4.580,40	0,04
2015	2,70	4.672,01	0,06
2016	5,09	4.765,45	0,11
2017	7,42	4.860,76	0,15
2018	15,26	4.957,97	0,31
2019	21,95	5.057,13	0,43
2020	27,17	5.158,27	0,53
2021	30,47	5.261,44	0,58
2022	32,43	5.366,67	0,60

FONTE: Consultoria Legislativa - Câmara dos Deputados
NOTA: PIB projetado pela Auditoria Cidadã da Dívida, com crescimento de 2% ao ano

* Todos os subtítulos que aparecem entre aspas nesta matéria foram retirados de cartazes empunhados nas manifestações de junho.

PROFESSOR TE DESEJO
UM SALÁRIO DE UM
DEPUTADO E O PRESTÍGIO
DE UM JOGADOR DE FUTEBOL

QUEREMOS
ESCOLAS
PADRÃO FIFA

EU QUERO:
() TCHU
() TCHA
☺ 10% DO PIB,
PARA A EDUCAÇÃO

DA COPA EU ABRO
MÃO! QUERO DINHEIRO
PRA SAÚDE E
EDUCAÇÃO !!!

“QUEREMOS ESCOLAS PADRÃO FIFA”

Roberto Catelli, coordenador de projetos da ONG Ação Educativa, de São Paulo, relembra o processo de municipalização da educação que foi desencadeado no Brasil ao longo dos anos, fazendo com que as séries iniciais do Ensino Fundamental se tornassem responsabilidade principalmente das prefeituras. Para Roberto, esse movimento é uma faca de dois gumes. Por um lado, a municipalização tem a vantagem de aproximar o professor do gestor da educação local – e, portanto, das decisões. Por outro, gera também dificuldades de financiamento, já que muitos municípios não têm condições de arcar com os custos da educação, dependendo integralmente de repasses do MEC, que são muitas vezes insuficientes.

A aplicação da Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, que institui o Ensino Fundamental de nove anos de duração, tornou esse quadro ainda mais difícil. Com a inclusão de crianças de seis anos de idade, é necessário um maior repasse do governo federal aos municípios, uma realidade ainda distante para Ana Caroline Almeida, professora da rede municipal de Tiradentes. Ela pontua que muitas escolas ainda têm inúmeras deficiências de estrutura, que se agravam com a chegada das crianças. “A inclusão de crianças de seis anos no Ensino Fundamental se dá em escolas inadequadas para esse público. Falta transporte, parquinho e mobiliário adequado para acolher as crianças”. Os problemas de infraestrutura escolar foram destacados, também, pela pesquisa “Uma escala para medir a infraestrutura escolar”, desenvolvida por pesquisadores da UnB e da UFSC, que mostrou que apenas 0,6% das escolas públicas no Brasil possuem estrutura ideal para o ensino.

De acordo com o MEC, esse tipo de questão está ligado a problemas na gestão dos recursos repassados aos estados e municípios. “Muitas vezes enfrentamos problemas de gestão, que se manifestam na dificuldade de se implantar os programas nos estados. Há projetos nos estados que já têm recurso do MEC aprovado e não andam”, afirma Romeu Caputo. Melhorar a interlocução entre as esferas de governo é fundamental para superar esses problemas.

O Ministério reconhece ainda que não há vagas suficientes para atender aos alunos a partir de 6 anos e trabalha com a perspectiva de atingir a universalização do ensino para essa faixa etária até 2016. Segundo estimativas do órgão, 80% da demanda já é atendida no sistema de Educação e é preciso investir na ampliação das redes municipais, que são as responsáveis por esse atendimento. O secretário assegura que a garantia da qualidade do ensino é um dos focos do MEC e está entre as metas do Plano Nacional de Educação.

“PROFESSOR, TE DESEJO UM SALÁRIO DE UM DEPUTADO E O PRESTÍGIO DE UM JOGADOR DE FUTEBOL”

Os problemas relativos aos investimentos também refletem na valorização profissional do professor. “Queremos educar o máximo de gente com pouco recurso, esticar o máximo possível o cobertor, e esse cobertor já é curto demais”, reflete Roberto Catelli, que inclui a desvalorização dos professores na lista dos maiores problemas da educação brasileira.

Em 2008, foi sancionada a Lei nº. 11.738, que estabelece o piso nacional dos professores. De acordo com a chamada “Lei do Piso”, a remuneração básica de um professor que trabalha com a carga horária de 40 horas semanais deve ser de, no mínimo, R\$1.567. O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da lei em abril de 2011, gerando recursos judiciais de diversos estados do Brasil (como Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Ceará). Além da remuneração, a Lei define que o salário deve ser reajustado anualmente, e que 1/3 da jornada de trabalho deve ser dedicada à preparação de aulas e a atividades fora de sala.

A professora Ana Caroline de Almeida afirma que, muitas vezes, a Lei do Piso não é efetivada em nenhum dos dois aspectos. “O professor que dá aula em dois turnos ainda é uma realidade. Como é muito baixa a remuneração, não se sobrevive com o salário que é pago. Muitos gestores insistem em não cumprir a Lei do Piso e pouquíssimos respeitam o tempo para o planejamento das aulas”, ela denuncia.

Além do não cumprimento da Lei, ela destaca a falta de incentivo para a formação, materializada em um plano de carreira estagnado e pouco atrativo para os professores. “Você não tem praticamente nenhuma possibilidade de crescimento. A proporção de vantagens conforme a escolaridade é muito pequena, e isso desmotiva. Com meu título de mestre, eu passei a ganhar 3% a mais no meu salário”, ela conta. “Quem faz um curso de mestrado e quer ganhar R\$ 24 a mais?”.

Ana Caroline afirma, ainda, que há muitas limitações nos processos de formação oferecidos aos professores. No que diz respeito à formação inicial, Ana relata que os cursos de Pedagogia costumam associar pouco teoria e prática, gerando processos pedagógicos pouco reflexivos e descolados da realidade do professor. Além disso, a professora critica a formação continuada que é feita em muitos programas. “Muitas vezes, a formação é feita de modo pontual, sem muita possibilidade de reflexão aprofundada. Eu acho que a formação continuada deveria discutir a prática docente articulada com seus pressupostos teóricos”.

ESTADO EM DÍVIDA

"Paulo Freire foi muito claro: o analfabetismo é uma das formas de injustiça social." Partindo da ideia da educação como direito, Alceu Ferraro afirma, com todas as letras, que o Estado tem uma dívida pública educacional com a população. É o que aponta sua pesquisa publicada em 2008, baseada no Censo de 2000 e na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios de 2005.

A partir da Constituição de 1988, a Educação passou a ser um direito público subjetivo. Isso quer dizer que, se a garantia de educação passa a ser uma premissa do Estado para com o cidadão, todos temos o dever de usufruir dessa garantia. Sendo assim, analisando o número de pessoas com 15 anos ou mais que não concluíram o Ensino Fundamental, no ano 2000, a dívida educacional do Estado somava 325,5 milhões de anos de estudo devidos. Em 2005, esse número caiu para 316,4 milhões de anos de estudos devidos.

Segundo Alceu Ferraro, esses números são assustadores. O pesquisador elaborou,

assim, uma forma de quantificar a dívida do Estado, buscando descobrir como ela poderia ser liquidada. Partindo do pressuposto da criação de turmas de 30 alunos - o que é um número superior ao recomendado - e supondo que entre essas turmas não houvesse evasão ou reprovação, precisaríamos de cerca de 10,8 milhões de professores por turno/ano. Mas essas são condições ideais: o desafio para sanar essa dívida, levando em conta os índices atuais de evasão, reprovação e alunos por turma, seria ainda maior.

A pesquisa leva em consideração a obrigatoriedade de oito anos de educação, mas a Emenda Constitucional nº 59 de novembro de 2009, que deve ser cumprida até 2016, garante "educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria". Dessa forma, a dívida educacional futura será, provavelmente, ainda maior que a atual.

E por onde passam as soluções?

Para Alceu Ferraro, o primeiro passo para superar os diversos desafios da educação pública no Brasil é mudar a maneira de encarar e compreender o problema. "Um problema mal diagnosticado é um problema mal resolvido", ele afirma. Desviar a responsabilidade para os pais, professores e alunos, de acordo com o pesquisador, não é o caminho. O Estado precisa avaliar se está garantindo condições de acesso, permanência e progressão nos estudos.

Para isso, muitos especialistas apontam a necessidade de pensar a educação de forma mais ampla, não apenas a partir de programas pontuais. Roberto Catelli defende que seja desenvolvida uma política ampliada de alfabetização, para além dos diversos programas existentes "O Brasil vive de programa em programa e não resolve o problema. É preciso entender que o governo passa, mas a escola fica", ele pontua. Para Daniel Cara, a criação de uma política educacional para o Brasil poderia delimitar, por exemplo, objetivos específicos para estados e municípios, facilitando a gestão dos investimentos. "A necessidade de um sistema nacional de educação é tão importante quanto o investimento em Educação", defende o cientista político.

Para delinear políticas a longo prazo (como é a tentativa do PNE), as Conferências de Educação são espaços de grande importância. Em fevereiro do ano que vem, será realizada a segunda edição da Conferência Nacional de Educação (CONAE), espaço que se propõe a discutir e a refletir sobre esse sistema nacional. Daniel ressalta que a Conferência também será importante para se pensar na manutenção da exigência dos 10% do PIB para a educação. "Não basta que a meta esteja presente no PNE, é preciso que a verba chegue de fato até as escolas", ele aponta. Para isso, é fundamental a mobilização e a articulação de professores, pesquisadores, pais e alunos.

À guisa de síntese, é preciso assumir que qualquer possível solução para os problemas da educação do Brasil passa, sim, por um aumento efetivo nos investimentos. Roberto Catelli, Daniel Cara e Eulália Alvarenga afirmam, com propriedade, que o valor de que dispomos hoje dificilmente será suficiente para superar as deficiências que temos em todos os níveis. Mas a discussão não pode ser esgotada aí. Se não há fórmula mágica nem resposta imediata, o caminho para qualquer prescrição abrangente no sentido das mudanças que desejamos passa necessariamente por um diagnóstico mais preciso, que leve em conta os elementos que compõem essa rede de problemas na relação que estabelecem uns com os outros.

Educação como direito

Para entender todas essas questões de forma sistêmica, é impossível dissociar a educação de outros problemas do país. Um desempenho escolar satisfatório está ligado ao acesso pleno a outros direitos básicos, como alimentação, saúde, saneamento - o que, para o pesquisador e professor titular aposentado da UFRGS Alceu Ferraro, seria impossível sem políticas efetivas de redistribuição de renda. A relação entre distribuição de renda e melhorias na educação não trata, obviamente, de efeitos imediatos, como explica o professor. "Mas isso pode ter um efeito benéfico a médio prazo, no sentido de estimular o acesso à escola, a busca pela escolarização por mais tempo, a permanência e o aproveitamento nos estudos", ele afirma.

A distribuição de renda brasileira vem apresentando melhorias nos últimos anos. É o que mostra a evolução do coeficiente de Gini, que mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos. A variação vai de 0 a 1, sendo que 0 corresponde à total igualdade, e 1 corresponde ao nível máximo de desigualdade na distribuição de renda. Em 1991, o índice brasileiro era de 0,6366, em 2000 caiu para 0,611 e em 2010 caiu para 0,575.

Segundo relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o dinamismo econômico brasileiro tem ajudado a aliviar a pobreza e a reduzir a desigualdade. Junto à melhoria das condições do mercado de trabalho e à queda da inflação, desde meados da década de 1990, isso tem contribuído para a redução gradual da porcentagem de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. No entanto, mesmo com a melhoria, a desigualdade na distribuição de renda no país ainda é alta. Entre os 22 países avaliados a partir do coeficiente de Gini, o Brasil é o segundo pior, perdendo apenas para o México.

Diversos pesquisadores fazem associações entre desigualdades sociais e desigualdades escolares. Em seu artigo "Política educativa, crise da escola e a promoção da justiça social", a pesquisadora da Faculdade de Educação da UFMG Dalila Andrade Oliveira mostra como a condição social das famílias, seu envolvimento em relação à educação dos filhos e sua competência para acompanhá-los nesse processo pesam bastante nas diferenças de desempenho entre os alunos. A possibilidade de a escola cumprir seu papel como instituição educativa passa, assim, também pela garantia de direitos básicos.



Leitura: uma prática para ser vivida

Por Marcella Boehler e Thaiane Bueno

Antônio Augusto Gomes Batista começou sua carreira como professor de Português, mas foi atraído mesmo pela Alfabetização. Mais conhecido como Dute, foi diretor do Ceale por diferentes períodos, entre 1990 e 2006, com a convicção de que a pesquisa em Educação deve estar atenta às necessidades reais dos profissionais que atuam na ponta, sejam eles professores, diretores ou gestores públicos. O pesquisador foi um dos idealizadores do Jornal Letra A, pensado como uma forma simples e acessível de alcançar os professores e aproximá-los de um conhecimento que é produzido, mas muitas vezes fica parado nas estantes. Atualmente, Dute trabalha no Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) e fala, nesta entrevista, sobre encantos e desafios do ensino da leitura no Brasil.

Foto: Marcia Minillo



Sua trajetória acadêmica começa com o ensino da língua materna. O que o fez seguir no caminho da alfabetização?

A alfabetização é muito interessante. Ao contrário do ensino de língua portuguesa, nos anos posteriores, em que o conhecimento que o aluno vai dominar é de longo prazo, na alfabetização as coisas se dão em meses, em um ano ou dois. Quer dizer, há um resultado muito claro a ser alcançado em períodos de tempo menores. Pra mim esse é o primeiro atrativo, esse desafio. As coisas são mais palpáveis, mais visíveis.

Outra coisa é a complexidade desse objeto. Ao mesmo tempo em que a criança precisa aprender que aquilo que está na fala é passível de ser representado por essas coisas que são as letras, algumas outras coisas não são representadas, como a intensidade que a gente fala, traços prosódicos, a entonação. Assim como é complexa também a própria estrutura da língua escrita. A gente não escreve como fala. É uma outra sintaxe, outra estrutura, que guarda algumas semelhanças, mas é diferente. Essa complexidade também é muito interessante, seja do lado da escrita, seja do lado da leitura.

Além de tudo, é com crianças que em geral se trabalha. Existe a Educação de Jovens e Adultos também, mas para mim sempre interessou a Educação Infantil. Não no sentido de uma etapa da Educação Básica, mas da educação de crianças, que estão sempre nos surpreendendo com seus erros, suas perguntas.

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro, mostra um pouco do comportamento do leitor brasileiro. É considerado leitor quem leu pelo menos um livro, ou partes dele, nos últimos três meses. De acordo com os dados divulgados, 55% da população podia ser considerada leitora em 2007. Em 2011, esse número caiu para 50%. Como você avalia esse resultado?

A pesquisa está se referindo aos livros, então não é um retrato da leitura, mas da leitura de livros, o que é uma visão redutora da leitura. Essa questão está muito relacionada aos níveis de letramento da população. É uma questão mais de direito de acesso à leitura do que de caráter do povo. Ao contrário do que muitas pessoas afirmam sobre o brasileiro não gostar de ler ou não dar valor à leitura, há dados do INAF [Instituto Nacional de Alfabetização Funcional] que mostram que os brasileiros valorizam muito a leitura, nos diferentes grupos sociais e especialmente os mais pobres. Só que eles costumam dar valor mais instrumental: a leitura é importante, necessária, mas é vista como importante para o estudo, para a escola. Não é a mesma leitura a que as camadas mais favorecidas dão valor: a leitura para diversão, como fonte de ampliação de horizontes, de conhecimento do mundo. Além disso, pesquisas mostram que o principal agente de letramento no país é a escola, mas que ela não tem sido capaz de distribuir de forma justa a cultura escrita. Então, nós precisamos de uma escola melhor para fazermos com que os brasileiros leiam mais.

Há, também, outros suportes e gêneros de textos que se leem mais, como jornais e revistas – embora venha acontecendo uma queda na leitura desses meios em seus suportes convencionais, devido à migração, sobretudo dos públicos mais jovens, para os meios digitais.

O que pode ser feito para tornar o aluno um usuário efetivo da língua escrita?

Precisamos melhorar nossa escola, deixá-la mais justa. Os dados mostram que justamente os mais pobres são os que não conseguem ter acesso aos níveis mais altos de alfabetização e letramento. Uma pesquisa que eu e a Vera Masagão realizamos sobre cultura escrita no Brasil mostrou que a experiência de escolarização mais longa, até o final do Ensino

Médio, pode diminuir a desigualdade entre os alunos. Ainda assim, algumas diferenças permanecem. Uma diferença muito importante (e que em alguns países desenvolvidos já está desaparecendo) é o gênero. No caso da leitura, meninas leem mais que os meninos, é uma desigualdade de gênero que aqui ainda é significativa. Os meninos tendem a recusar o livro. Outra coisa que a pesquisa mostrou é a diferença entre a população negra e a população branca, resultado da existência de oportunidades desiguais na escola para brancos e negros. Uma outra diferença, que talvez seja a mais importante de todas, é a escolaridade dos pais. Pais que tiveram uma escolarização longa têm filhos que leem mais e que possuem níveis maiores de alfabetismo. A escola é o agente principal de letramento: quanto mais justa ela for, mais ela consegue reduzir todas essas desigualdades de acesso à cultura escrita que existem no país. Se ela se tornar uma escola eficaz, teremos mais leitores.

O que pode ser feito para motivar e criar um hábito de leitura no Brasil?

A gente sabe que o hábito da leitura depende muito da crença de que ela pode trazer algo de bom para quem lê. Por exemplo, muitas pessoas de camadas populares veem na leitura de romance, na leitura literária, uma forma de ócio, de ficar sem fazer nada. Então é muito comum as mães recriminarem as filhas dizendo ‘O que você está fazendo? Vai estudar ou vem me ajudar!’. Os meninos também tendem a recusar a leitura, especialmente de romance, porque eles veem como algo feminino, ou algo que pode torná-los femininos. Muitas atitudes negativas em relação à leitura vêm dessas representações e crenças que as pessoas têm na leitura. Então, uma primeira ação importante para a escola é trabalhar com as atitudes em relação à leitura. É preciso criar, negociar as representações a respeito da leitura. Aqueles que leem muito são leitores que se formam muito precocemente, eles nascem em ambientes muito letrados, veem o pai lendo, escutam os pais contando histórias na hora de dormir, estão familiarizados com a leitura. Então é muito importante que, desde a pré-escola, sejam criados ambientes letrados para as crianças e que esses ambientes sejam prazerosos e mostrem que a leitura é algo bom, que emociona. Infelizmente, não é o que acontece sempre na escola. Há um forte discurso, hoje, que nega a presença da escrita na educação infantil. Geralmente, esses contatos mais prazerosos acontecem no início do Ensino Fundamental, mas à medida que o aluno vai progredindo, isso vai diminuindo. Eu fiz uma pesquisa analisando a memória de leitores e eles sempre se lembram da alfabetização, da grande descoberta da leitura, dos

primeiros livros. Depois disso, é sempre a lembrança de começar a ler por obrigação. Os leitores reclamam por serem obrigados a ler Machado de Assis e José de Alencar para fazer ficha de leitura e outras atividades. É preciso que, ao longo da alfabetização, mantenha-se a possibilidade de uma modalidade de leitura que nós chamamos de identificatória, em que você lê para viver. Nesse caso, a leitura é feita para viver os personagens, para viver a trama, para viver o enredo, para chorar, para rir, para se emocionar. É preciso manter isso na escola. Ao mesmo tempo, é preciso ensinar a ler, pois a nossa escola está mostrando que está fracassando no ensino da leitura. Muitas vezes, a escola tem avançado, conseguindo, a duras penas, alfabetizar. Mas há pesquisas, como a do projeto Geres [Estudo longitudinal de coleta de dados sobre a aprendizagem de leitura e matemática], que mostra que há um decréscimo no ritmo do desenvolvimento da leitura e da escrita após a alfabetização. As crianças não avançam muito, não adquirem fluência na leitura, não adquirem estratégias de leitura mais avançadas e ficam estagnadas. Fazendo uma analogia, é como se elas ficassem num nível mais rudimentar de leitura e não houvesse um trabalho da escola em possibilitar que a criança avançasse de fato no desenvolvimento de competências mais complexas. É como se ela aprendesse a dominar as habilidades muito básicas de leitura, mas não avançasse naquelas que são mais complexas.

“A escola é o agente principal de letramento: quanto mais justa ela for, mais ela consegue reduzir todas essas desigualdades de acesso à cultura escrita que existem no país.”

“É preciso que, ao longo da alfabetização, mantenha-se a possibilidade de uma de leitura identificatória, em que você lê para viver.”

Quais são algumas alternativas para tornar o processo de alfabetização das crianças mais atrativo?

Como eu disse anteriormente, acho que, para tornar o processo atrativo, é preciso trabalhar as crenças e as representações sobre a leitura e a escrita. Em segundo lugar, é preciso manter essa modalidade identificatória da leitura. Já do ponto de vista cognitivo, é fundamental que o professor trabalhe com fluência em leitura, coisa que não tem acontecido. Nos currículos brasileiros praticamente não existem habilidades de fluência em leitura. A fluência depende de precisão na decodificação ou na leitura. Quando você lê palavras em textos, você precisa adquirir precisão na decifração da palavra, adquirir velocidade e ler com atenção os aspectos prosódicos (lendo grupos de palavras e não palavra a palavra, com entonação, etc). Esses três componentes são fundamentais, mas não estão, em geral, nos currículos escolares. Nós também precisamos de um trabalho importante com a ampliação do vocabulário, associando-o à compreensão e às estratégias de compreensão leitora. O que acontece hoje é o estudo de textos com perguntas de identificação e de habilidade, e não um trabalho com a compreensão leitora que envolva as estratégias mais complexas. Exemplos dessas estratégias são: criar uma espécie de filme mental enquanto lê uma narrativa, antecipar o que você vai ler, fazer autocorreções, corrigir o que você tinha compreendido em função do que você leu, relacionar o que você está lendo com o que leu antes. É preciso trabalhar essas habilidades enquanto você está lendo, e não após a leitura. Mas geralmente o aluno lê e depois são feitas perguntas sobre o texto lido. Todas as pesquisas sobre boas práticas de compreensão leitora mostram que é fundamental que esse trabalho do professor seja feito durante a leitura, que a leitura vá sendo feita e ele pare, faça perguntas e continue.

“Há uma grande distância, salvo exceções, entre a pesquisa universitária, a sala de aula e as políticas públicas.”

Quando falamos da alfabetização de jovens e adultos, essas alternativas para tornar o processo de alfabetização mais atrativo são as mesmas? É preciso ter estratégias diferentes?

As possibilidades são as mesmas, mas lembrando sempre que se está trabalhando com um adulto que tem certas expectativas. Então voltamos àquela questão das representações sobre a leitura e, no caso, sobre o ensino. Primeiro, eu separaria esses dois grupos: jovens e adultos. Eu estou concluindo uma pesquisa sobre mães e a relação delas com a escolarização dos filhos, em um bairro muito pobre da periferia de São Paulo. Muitas delas voltaram a estudar. Elas têm muita dificuldade nesse retorno ao estudo por causa do grupo dos jovens, porque eles fazem muita bagunça e tiram sarro dos adultos. Os jovens devem ficar separados dos adultos, pois são outro grupo etário, que vive em outro ciclo social, com outras expectativas. Eu acho que vale a pena pensar em estratégias. A escolha de textos é diferente, a temática é completamente diferente. Os princípios são os mesmos, mas é preciso saber que representações esses jovens e esses adultos têm da leitura, da própria escola, do ensino. Os adultos, por exemplo, são mais conservadores em termos pedagógicos. Eles passaram a vida inteira se apoiando muito em certas capacidades cognitivas que precisam ser valorizadas, tais como a memorização. Então não se pode falar, de repente, que memorizar não é importante, porque é uma habilidade que eles têm e valorizam. Eles também dão grande importância à cópia, a ver a matéria no quadro e copiar. A minha experiência com alfabetização de adultos me leva a acreditar que é importante valorizar o que eles valorizam. Desconsiderar isso não é bom, pois muitas vezes leva o aluno a abandonar a escola.

Como você avalia as políticas públicas educacionais que vemos hoje no Brasil? Você acha que elas podem ajudar a solucionar os problemas da alfabetização no país?

Temos experiências em nível nacional, municipal e estadual. Algumas me deixam esperançoso e algumas me deixam irritado. Eu vejo com bons olhos algumas experiências, como a do estado do Ceará, com o Paic [Programa Alfabetização na Idade Certa], porque

eles têm conseguido bons resultados e pesquisas têm mostrado isso. É um estado que tinha indicadores educacionais abaixo da média do Nordeste e que conseguiu suplantar a média nacional por volta de 2007 – e se mantém assim até hoje. Então é algo pra se olhar e ver com calma o que eles estão fazendo. O PNAIC [Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa], em parte, se inspirou na experiência do Ceará, mas não me parece que ele tenha algumas características do caso cearense. No Ceará, a formação dos professores se faz para a prática, os materiais que o professor usa na formação são voltados para a experiência prática. Ao mesmo tempo, não é só uma formação, eles têm todo um acompanhamento feito através das diretorias regionais de ensino, da prática dos professores, do monitoramento do que está acontecendo para que não haja resultados ruins. O que me preocupa no PNAIC é essa ausência de monitoramento do processo e da ação dos professores.

A ANA [Avaliação Nacional da Alfabetização] também me preocupa muito. Essa é uma avaliação que vai ser feita no final do terceiro ano do Ensino Fundamental, mas que, por sua matriz, seria uma avaliação do processo de alfabetização. Ela vai ter itens que vão medir se o aluno consegue ler palavras com sílabas canônicas ou sílabas não canônicas, por exemplo. Isso é um elemento do processo de alfabetização, não do resultado do processo, o que mostra que é uma avaliação que está sendo feita fora do tempo. Para gerar informações para as redes de ensino, para as escolas, ela deveria ser feita antes. Ao mesmo tempo, preocupa muito que uma avaliação seja feita sem um currículo que fale claramente quando o aluno deve desenvolver o princípio alfabético, ser capaz de ler palavras de determinado tipo, ser capaz de ler textos com fluência, desenvolver a habilidade de tirar informações de textos de determinado tipo, ler textos de determinada complexidade. No geral, há muitas coisas boas acontecendo na alfabetização, mas me preocupa muito a ausência de um currículo para os três anos iniciais.

Como você avalia a relação entre a pesquisa acadêmica na área de alfabetização e letramento e a prática em sala de aula? Existe uma conversa entre universidade e professores?

Eu acho que há uma grande distância, salvo exceções, entre a pesquisa universitária, a sala de aula e as políticas públicas. Falando de modo geral, há algumas dificuldades que vêm das próprias características das pesquisas. Boa parte das pesquisas vem de alunos de mestrado e doutorado, que, pelo tempo e especificidade, acabam tendo de se ater a temas mais simples. Ao mesmo tempo, no próprio sistema de financiamento de pesquisa e de avaliação dos professores universitários, existe uma demanda por certa quantidade de produção que impede que os professores muitas vezes façam certos tipos de pesquisa que são necessárias. Então eu compreendo que existem condições que levam os professores a fazer certo tipo de pesquisas. Esses aspectos que eu mencionei, dentre outros, fazem com que os professores que pesquisam a educação no Brasil tendam a se afastar muito das necessidades das pesquisas mais relevantes para as escolas e para as políticas públicas. Por exemplo, pesquisas longitudinais são extremamente importantes. No Brasil, nos últimos anos, o projeto Geres foi uma das pesquisas mais importantes e foi idealizada por universidades. Mas são raras as pesquisas longitudinais no Brasil. Elas levam tempo, exigem financiamento maior e equipes maiores. Então esse é um problema que nós temos. Outro problema é que há um certo distanciamento que vem do próprio fato de as faculdades de Educação não estarem muito ligadas às escolas. O professor universitário não é também um professor da escola básica. Estar na universidade sem estar na escola é como se um médico deixasse de ser médico e passasse só a estudar os médicos. Ele romperia com a prática e passaria a ser apenas teórico. Esse rompimento faz com que os professores pesquisadores se tornem autônomos, o que faz com que eles discutam mais entre si e menos com os professores da Educação Básica. Isso remete à aposta de recriar o laço com a prática, de fazer uma pesquisa que responda às necessidades dos professores, dos diretores, dos gestores públicos e que, de fato, possa ajudar na formulação de políticas públicas.

CLASSIFICADOS

Projeto Livros Andantes - Por meio de um jumento, o projeto Livros Andantes leva livros até comunidades remotas da Mata Sul de Pernambuco, aproximando da literatura pessoas de todas as idades. Aqueles que não sabiam ler são alfabetizados e passam a ter novas perspectivas sobre sua terra e suas vidas. Acompanhe a jornada do projeto pela página no Facebook: <https://www.facebook.com/livrosandantes.livrosandantes>.

O TEMA É

As inversões de letras na escrita: o “fantasma” do espelhamento – Jaime Luiz Zorzi. *Revista Psicopedagogia*, 2000. Nesse artigo, o fonoaudiólogo Jaime Luiz Zorzi trata da inversão de letras na escrita, desconstrói mitos sobre o assunto e demonstra a naturalidade deste fenômeno no processo de letramento das crianças. Leia em: <http://www.filologia.org.br/soletras/15sup/As%20inversões%20de%20letras%20na%20escrita-%20o%20'fantasma'%20do%20espelhamento.pdf>.

Neuropsicopedagogiasaladeaula.blogspot.com
O blog de Ana Lúcia Hennemann também já abordou a escrita espelhada e traz outros assuntos envolvendo a área da neuropsicopedagogia.

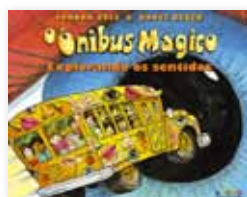
AULA EXTRA

Hipertextus Revista Digital - Publicação semestral do Nehte – Núcleo de Estudos de Hipertexto e Tecnologia Educacional da Universidade Federal de Pernambuco – com acesso livre, aberta a colaboradores do Brasil e do exterior. Disponível na web desde 2007, tem o objetivo de constituir um espaço científico para os debates sobre o reflexo do hipertexto e das novas tecnologias na Linguística, na Literatura e na Educação. Confira em <http://www.hipertextus.net/>.

LIVRO NA RODA



Ciência Hoje das Crianças - Publicação mensal do Instituto Ciência Hoje, organização vinculada à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A CHC é a única revista brasileira com conteúdo científico produzido especialmente para o público infantil e há mais de 10 anos é distribuída pelo MEC para cerca de 60 mil escolas públicas de Educação Básica de todo o país. Saiba mais no site: <http://chc.cienciahoje.uol.com.br>.



O Ônibus Mágico - Joanna Cole & Bruce Degen. Série de livros infantis e juvenis traduzida para o português pela Rocco Jovens Leitores, que conta a história de um ônibus escolar voador que faz viagens incríveis, explorando espaços como o interior do corpo humano e o Sistema Solar. A coleção faz parte de uma série de TV que se tornou sucesso nos Estados Unidos e no Brasil, que tinha a intenção de ensinar e de divertir ao mesmo tempo. Saiba mais no site da Editora: <http://www.rocco.com.br/>.

EM DESTAQUE

Auditoria Cidadã da Dívida - Criada em 2000, a Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação nacional que nasceu do Plebiscito Popular da Dívida Externa, uma consulta que perguntava o posicionamento da população em relação ao pagamento da dívida pública nacional e da manutenção dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Dos 6 milhões de participantes, 95% se colocaram contra a manutenção do pagamento. Desde então, a auditoria promove estudos e atividades com o objetivo de mobilizar a sociedade pela realização de uma auditoria da dívida pública brasileira. Para saber mais: <http://www.auditoriacidada.org.br/>.

Projeto GERES - Realizado no Brasil por um conjunto de instituições universitárias e de pesquisa, o GERES é um estudo longitudinal de coleta de dados sobre a aprendizagem de leitura e matemática. De 2005 a 2009, o estudo monitorou alunos do ensino básico em cinco cidades brasileiras, com foco nos fatores escolares e socioeconômicos que incidem sobre o rendimento escolar. Para saber mais sobre a metodologia utilizada e os resultados do Projeto, acesse: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410343_08_cap_03.pdf.

Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social - Dalila Andrade Oliveira. *Crise da Escola e Políticas Educativas, 2009*. Primeiro capítulo no livro organizado por Dalila Andrade Oliveira e Eliza B. Ferreira, o artigo discute a ideia da escola como espaço para a promoção de justiça social, acentuada no Brasil a partir do fim do século XX, e analisa os objetivos das políticas educativas diante do que chama de "crise da escola".

ENTREVISTA

Cultura Escrita no Brasil: modos e condições de inserção – Antônio Augusto Gomes e Vera Masagão Ribeiro. *Revista Educação e Realidade, 2004*. O artigo discute a distribuição do acesso à cultura escrita no Brasil, baseando-se em dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF). De acordo com os resultados observados, os brasileiros tendem a se concentrar nos níveis mais básicos de alfabetismo. Além disso, a maior ou menor permanência na escola influenciaria na distribuição da cultura escrita. Leia o artigo em <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25394>.

CEALE NA INTERNET

SITE
www.ceale.fae.ufmg.br

FACEBOOK
www.facebook.com/cealeufmg

TWITTER
www.twitter.com/cealefae

“O professor é um sujeito em conflito”

Ana Caroline de Almeida denuncia a contradição entre o protagonismo e a desvalorização da profissão

por Carol Abreu

"Espera aí, não vamos mudar de assunto agora, não! Deixa eu falar mais umas coisas!". Foi assim que Ana Caroline de Almeida guiou a conversa que deu origem a esse perfil. É que ela não é do tipo que desiste facilmente de uma ideia. Ana Caroline foi criada no Elvas, distrito rural da cidade de Tiradentes, em Minas Gerais. De um lado, a vontade de ser professora veio da relação que tinha com a escola da comunidade e com as professoras que passaram por ali. De outro, do cenário de possibilidades que a trajetória familiar parecia desenhar. "Eu venho de uma família grande, em que poucos primos tiveram acesso ao ensino superior. Fui criada na zona rural e a maioria dos meus primos estudou até a quarta série", ela conta. "Dado o meio social em que vivi, eu não almejava outra profissão".

Recém formada no Ensino Médio, Ana Caroline se viu novamente perto da sala de aula: "Quando eu vim para a

cidade trabalhar, surgiu a oportunidade de fazer o curso de magistério nível médio. Esse magistério me possibilitaria isto: trabalhar logo". Acabou voltando também para o Elvas, contratada pela rede municipal de Tiradentes para dar aula na mesma escola em que havia estudado. A identificação foi imediata. "Eu gosto muito de ser professora alfabetizadora. A escola é um ambiente incrível, onde a gente lida com a vida. Não tem coisa melhor do que você chegar na escola e encontrar aquele grupo de crianças satisfeitas, alegres, querendo aprender", ela descreve. No caso da moça, a motivação vinha também do vínculo afetivo que tinha com o espaço da escola. "Foi a escola em que estudei, era meu lugar de origem, os filhos dos meus amigos estudavam ali."

Contradições da docência

Buscando dar conta das exigências da sala de aula, Ana Caroline foi fazer Pedagogia. Diante das novas possibilidades que a universidade abria, foi fazer Mestrado em Educação. Hoje, ela dá aulas no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Minas Gerais, em Barbacena. "Eu saí da escola de formar crianças para poder formar quem forma as crianças", ela brinca. Mas revela que as condições de trabalho do professor tiram a esperança de grande parte de suas alunas. "Poucas delas estão fazendo Pedagogia para docência, para a sala de aula", Ana relata. "E mais: poucas delas estão na Pedagogia por opção". Para a professora, a falta de interesse na sala de aula é um reflexo da desvalorização profissional.

"O professor é um sujeito em conflito. Por um lado, ele se vê no lugar de protagonista, capaz de mudar a realidade da sociedade, porque ele trabalha com a formação de sujeitos.

Mas, ao mesmo tempo, como alguém que não tem valor", ela reflete. E explica que a docência pode ser tudo, menos uma carreira atrativa no mercado de trabalho: ainda que todos reconheçam a importância da profissão, os professores lidam diariamente com condições precárias de trabalho, salários baixos e pouca (ou nenhuma) possibilidade de crescimento. "Para fazer um salário decente, o professor tem que dar aula em duas escolas. Se ele dá aula em duas escolas, ele tem que preparar aulas em dobro. Além de dar conta dos trabalhos, dos diários, de tudo isso, numa política que ainda não garante tempo para essas atividades. Quando, na rotina de um professor, ele pode tirar um dia para se formar? E qual é o reflexo dessa formação no salário dele?", ela questiona.

Para fazer diferente

Ana Caroline levanta um desafio fundamental para o professor da Educação Básica: estar consciente dos percalços que permeiam o cotidiano da profissão, sem acomodação ou derrotismo: "É nosso papel tentar fazer diferente. Nós temos nas mãos o que muitas pessoas não têm, que é um poder de mudar as coisas. A motivação de ser professora para mim é essa. Poder mexer com a forma das crianças verem o mundo". Foi essa motivação que levou a professora a buscar alternativas para lidar com os problemas da escola em que trabalhava.

"No ano passado, eu estava desenvolvendo um projeto com os meninos do terceiro ano, com a temática 'escola' e vi no Fantástico a história uma aluna de Florianópolis que fez uma página na internet mostrando as dificuldades de sua escola", ela relembra. "Aí me deu esse clique: a ideia de mostrar que as coisas por aqui também não andavam fáceis". Inspirada pelo caso, Ana Caroline criou a página "Diário de Classe — A verdade em Tiradentes". Em diálogo com as crianças, ela escreveu e publicou uma carta aberta à comunidade, falando dos problemas que a escola apresentava: do transporte à merenda escolar. "Foi um rebuliço. Era uma escola de zona rural, com pouca visibilidade, meio que abandonada mesmo. A cidade tomou conhecimento da situação pelo Facebook", ela conta. O saldo foi positivo: a escola foi pintada, foram comprados armários e brinquedos novos para o parquinho, além de um novo ônibus escolar.

Hoje, Ana Caroline planeja o que será sua pesquisa de Doutorado, seguindo sua resolução de formar formadores. Mas não tira o Elvas da cabeça. "Quando eu estabilizar as coisas, quero voltar à minha escola e fazer trabalhos com a comunidade. É um lugar que eu não quero perder de vista", diz com determinação. É que ela não é do tipo que desiste facilmente de uma ideia.



Foto: acervo pessoal